

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXIV | Nº 1406 | 02 a 15/07/2018

BARRAR A PRIVATIZAÇÃO!



O 5º Congresso Unificado dos Petroleiros e Petroquímicos do Paraná e Santa Catarina reafirmou a luta contra a privatização do Sistema Petrobrás, debateu estratégias e aprovou propostas para essa grande guerra que a categoria tem pela frente.

► Págs. 3 e 4



RMNR: Vitória petroleira no TST

Decisão dos ministros do TST foi favorável à tese jurídica da categoria sobre o complemento de Remuneração Mínima de Nível e Regime.

► Pág. 2



DESCONTO ASSISTENCIAL

Sindicato atua em várias frentes de luta para barrar o desmonte da Petrobrás. Campanha contra a privatização depende da contribuição assistencial.

► Pág. 2

► Custeio da Luta

Contribuição assistencial financia a luta contra a privatização

Sindicatos e FUP atuam em várias frentes de luta para barrar o desmonte da Petrobrás. Campanha contra a privatização tem investimentos extraordinários e depende da contribuição assistencial.

As assembleias realizadas entre 04 e 11 de maio que aprovaram a greve por tempo indeterminado contra a privatização das refinarias e ativos logísticos (terminais e dutos) também deliberaram pela contribuição assistencial como forma de financiar as batalhas que a categoria tem pela frente.

Mais de 90% dos trabalhadores que participaram das assembleias compreenderam o momento de ataques que a categoria atravessa, o mais crítico em toda a história da empresa, e que o enfrentamento na defesa da Petrobrás e dos empregos necessita de apor-

tes financeiros.

Além de todas as mobilizações contra a privatização realizadas nos últimos meses, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina tem atuado em várias frentes de luta para barrar o desmonte da Petrobrás.

Uma campanha midiática para conquistar o apoio da sociedade na luta em defesa da Petrobrás está em andamento e já conta com mais de 230 mil pessoas envolvidas. A campanha ainda contará com uma página na internet, vídeos de incentivo à mobilização social e várias outras peças publicitárias (anúncios, adesivos, panfletos, perfurades,

banners...).

O Sindicato também contratou uma assessoria jurídica no Rio de Janeiro para tentar impedir a venda do patrimônio da Petrobrás na Justiça.

Outro campo de batalha é o político. O Sindipetro tem realizado várias reuniões e audiências públicas com parlamentares para angariar o apoio necessário à luta da categoria.

Tudo isso despende recursos e é a contribuição assistencial que vai garantir o prosseguimento dessa luta em todos os espaços colocados. Por isso é importante que cada petroleiro faça sua parte e contri-



David Machado / Sindipetro PR e SC

bua. O desconto é de apenas 1% sobre o salário líquido durante três meses, sendo 0,5% para a FUP e 0,5% para os respectivos Sindicatos.

Verifique se a sua parcela

será debitada no contracheque e financie essa luta. A Petrobrás e a manutenção dos empregos dependem da contribuição de cada um de nós.

► Jurídico

RMNR: Vitória petroleira no TST

Por um placar de 13 favoráveis a 12 contrários aos trabalhadores, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concluiu no dia 21 de junho, em sessão finalizada às 20h30, pela fixação da tese jurídica que reconhece as diferenças no complemento de Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR) dos petroleiros.

Segundo Sidnei Machado, advogado do Sindicato, “prevaleceu na Corte a tese de que, no cálculo do Complemento da RMNR, a Petrobrás e a Transpetro não podem compensar os adicionais previstos na Constituição e da lei, ou seja, o adicional de periculosidade, Adicional de Tra-



Decisão do TST foi favorável à tese jurídica da categoria sobre o complemento de RMNR.

balho Noturno (ATN) e Hora Repouso Alimentação (HRA)”. A decisão gerou dúvidas nos advogados presentes se outros adicionais de remuneração também estariam contemplados.

A decisão padroniza a jurisprudência no âmbito do TST e põe fim à longa batalha judicial iniciada em

2010. Dessa forma, beneficia todos os processos suspensos e em trâmite na Justiça do Trabalho, a exemplo das ações coletivas no Paraná e Santa Catarina promovidas pelo Sindipetro PR e SC. “É uma vitória importante da categoria petroleira, em tempos de muitas adversidades”, afirma Machado.

Para o presidente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, Mário Dal Zot, o TST corrigiu uma grave distorção. “Com a implantação da RMNR, a Petrobrás tentou resolver o problema dos adicionais deteriorando o direito à periculosidade e à insalubridade. Um absurdo, pois a Petrobrás tentou pagar sobre uma

única rubrica vários outros adicionais, ou seja, cometeu uma ilegalidade que o TST acertadamente consertou”.

Ainda de acordo com Dal Zot, o triunfo da categoria no TST transcende os benefícios financeiros. “Foi uma importante vitória na luta contra a privatização do Sistema Petrobrás. O passivo financeiro dessa ação repele investidores interessados na compra das unidades da estatal”, avaliou.

Nos próximos dias deverá ser publicado o acórdão, que pode ser objeto de algum questionamento via Embargos pela empresa. Em breve o Sindicato divulgará informações de cada um dos processos nas bases de representação.

► **Organização Sindical**

5º Congresso Unificado reafirma a luta contra a privatização como prioridade máxima da categoria

Petroleiros e petroquímicos debateram e aprovaram estratégias de luta contra a privatização do Sistema Petrobrás

A Sede do Sindipetro, em Curitiba, foi o palco do 5º Congresso Unificados dos Petroleiros e Petroquímicos do Paraná e Santa Catarina, realizado nos dias 22 e 23 de junho. A atividade reuniu mais de 60 trabalhadores de ambas as categorias, eleitos em assembleias específicas para este fim. Também participaram trabalhadores interessados na condição de observadores.

A solenidade de abertura, ocorrida na noite do primeiro dia, contou com exposições de personalidades políticas expressivas do campo progressista, popular e democrático. Ideli Salvatti, ex-senadora pelo Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina (PT-SC) e ex-ministra de três pastas durante o governo de Dilma Rousseff (Pesca e

Aquicultura, Relações Institucionais e Direitos Humanos), alertou para os efeitos da crise no Brasil. “Temos que ter o entendimento do porquê esse golpe evoluiu com essa voracidade, com essa coisa insana de vender, de desmontar, de retirar direitos, de acabar com a nossa democracia, tão frágil ainda. Eu não tenho nenhuma dúvida, tudo está alicerçado na importância do petróleo no cenário mundial”.

Para a ex-ministra, a crise política instalada no país teve início com a política externa. “Não foi apenas pela produção e pelo fato de o Brasil ter feito a maior descoberta de petróleo dos últimos 50 anos. No caso do Brasil, tem um outro ingrediente. A economia americana acabou com seu lastro em ouro do dólar e isso é o acordo internacional que vende o petróleo em dólar. Depois da montagem dos BRICS, do Banco dos BRICS, o que significa em termos de ameaça aos EUA essa articulação do Brasil,



Deliberações do 5º Congresso serão levadas à Plenária da FUP, que acontece no início de agosto

Rússia, Índia, China e África do Sul, com as outras ações de política externa? É de que o Brasil, Rússia e Venezuela grandes produtores de petróleo, articulados com a China, Índia e África do Sul, grandes consumidores, é de acabar com o petrodólar. A partir do momento que se iniciar e se fortalecer esse processo de vender o petróleo em grandes quantidades em outras moedas, a economia americana se esfarela”, apontou.

Crise na Petrobrás e o projeto entreguista

Outra personalidade política presente no 5º Congresso foi o ex-governador do Paraná e senador Roberto Requião. Para ele, a crise gerada pela queda brusca no valor do petróleo no mercado internacional fez com que a Petrobrás “de uma forma logisticamente inteligente” investisse em refino e na ampliação de suas atividades. “Saiu Abreu e Lima, se investiu em algumas empresas paralelas de fertilizantes, os dutos de transmissão. Esse processo teve seus problemas com corrupção, com algum superfaturamento, mas era tecnicamente adequado o avanço da Petrobrás no refino e nessas empresas paralelas, ampliando seu espectro de atividades”.

O senador concordou com Ideli acerca da origem da crise política. “Nós nos



ROBERTO REQUIÃO – “Nós vamos ter um conflito social pesado no Brasil, eu não tenho a menor dúvida disso”.

endividamos em dólar e de repente o produto principal da nossa empresa petrolífera cai de US\$ 140 para US\$ 30 o barril. Claro que é um desastre! Não do ponto de vista estrutural da empresa, que tem reservas fantásticas. Essa foi a guerra fundamental. Eu não tenho a menor dúvida que a queda da Dilma se deveu fundamentalmente à guerra pelo petróleo no Brasil”.

Ainda segundo Requião, o programa do governo que substituiu Dilma é fracassado, trará mais conflitos civis e deve ser combatido. “Este projeto entreguista está falido e eu não acredito que o povo brasileiro se conforme com a semi-escravidão. O que eles (governo Temer) imaginavam? Vamos acabar com os sindicatos, desmontar os fundos de financiamento dos sindicatos e não haverá nenhuma greve mais, porque quem fizer greve vai ficar sem emprego, não vai almoçar nem jantar. A reação da sociedade brasileira não será igual à reação da

sociedade chinesa, que evoluiu com a existência da industrialização. Nós vamos ter um conflito social pesado no Brasil, eu não tenho a menor dúvida disso”, cravou.

O senador ainda afirmou que a consciência da população brasileira sobre o que está acontecendo no país está muito baixa e é preciso organizar a mobilização. Para Requião, nas eleições deste ano o povo deve exigir o referendo revogatório e a desapropriação de todas as concessões feitas por Temer ao capital estrangeiro.

Também participaram da solenidade de abertura do 5º Congresso os presidentes dos sindicatos organizadores, o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Simão Zanardi; o coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná, Roberto Baggio; e o secretário nacional de comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Roni Barbosa.

► Continua...



IDELI SALVATTI – “Temos que ter o entendimento do tamanho da encrenca que estamos metidos com essa crise”.

► 5º Congresso Unificado

Propostas e organização da luta

Categoria não pode permitir que a diretoria da Companhia tenha como foco a gestão financeira e se negue a ratificar o papel social da Petrobrás

O último dia do Congresso foi de muito trabalho para os participantes. Pela manhã, o economista Sandro Silva, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), expôs sobre a conjuntura econômica nacional e os efeitos da crise no mercado interno. Mário Dal Zot, presidente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, abordou a

conjuntura do setor petróleo nacional e internacional, a crise causada pela política de preços de combustíveis indexada à cotação do dólar e ao preço do barril no mercado internacional, e a batalha contra a privatização no Sistema Petrobrás.

Ainda nas exposições preparatórias ao debate, os advogados Sidnei Machado (Sindipetro PR e SC) e Marcelo Giovani Batista Maia (Sindicância-PR) palestraram sobre os efeitos da privatização da Telepar nos trabalhadores.

No período da tarde, o público presente fez a leitura do caderno de teses do 5º Congresso, apresentou emendas e também pro-

postas e estratégias de luta. O documento final vai ser encaminhado à FUP para ser apreciado na 7ª Plenária Nacional da Categoria (PLENAFUP), juntamente com as proposições dos demais sindicatos de petroleiros no país, a ser realizada no início do mês de agosto.

O documento oficial do 5º Congresso afirma que a categoria “não pode permitir que a diretoria da Companhia tenha como foco a gestão financeira e se negue a reconhecer e ratificar o papel social da Petrobrás para o Brasil”.

Como estratégia, um dos apontamentos das teses diz que “a greve, como forma de luta, se apresenta irre-



Votação de emendas e propostas marcou o 2º dia do Congresso

versível e permitirá aos petroleiros disputarem o imaginário da população brasileira quanto às consequências da privatização da Petrobrás, demonstrando técnica, social e economicamente que a privatização faz mal ao Brasil. A disputa

será ideológica, buscando parceiros nos setores progressistas, no legislativo e no judiciário, para o necessário e urgente diálogo com a sociedade brasileira. O enfrentamento deve ser detalhadamente planejado”.

► Saúde

Esclarecimentos sobre o custeio da AMS - Grande Risco

De acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do Sistema Petrobrás, o custeio da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) é feito através da participação financeira nas seguintes proporções: 70% dos gastos são cobertos pela Petrobrás e 30% pelos beneficiários.

Para o custeio do Grande Risco (1), os beneficiários fazem uma contribuição mensal fixa conforme a classe de renda (2). Pelo ACT 2017-2019, até 28 de fevereiro deste ano foi aplicado um reajuste de 1,73% e de 1º de março até 31 de agosto foi efetuado um reajuste nos seguintes valores: R\$ 4,00 para a classe de renda 1,4 MSB; R\$ 5,00 para a classe de renda 2,4 MSB; R\$ 8,00 para a classe de renda 4,8 MSB; R\$ 10,00 para a classe de renda 7,2 MSB; R\$ 12,00 para a classe de renda 9,6 MSB; R\$ 14,00 para a classe de renda 14,4 MSB; R\$ 16,00 para a classe de renda 19,2 MSB; R\$ 17,00 para a classe de renda 22,6 MSB; R\$ 18,00 para a classe de renda 26 MSB; R\$ 19,00 para a classe de renda 30 MSB; R\$ 23,00 para a classe de renda 36

MSB e R\$ 28,00 para a classe de renda maior que 36 MSB.

Dessa forma, a partir abril deste ano ocorreu um aumento no desconto de AMS-Grande Risco conforme acima exposto.

Ainda de acordo com o ACT vigente, em novembro de 2018 será cobrada uma contribuição adicional sobre o 13º salário ou benefício de igual valor da contribuição regular. Assim, no mês novembro haverá desconto duplo para AMS-Grande Risco.

(1) Toda e qualquer assistência prestada em regime de internação hospitalar ou domiciliar, bem como os atendimentos de emergências e urgências dos beneficiários, realizados nos hospitais/casas de saúde que trabalhem com internação, além de determinados medicamentos e procedimentos de alta complexidade e/ou alto custo, cujo risco securitário seja elevado.

(2) A classe de renda é calculada dividindo o rendimento do funcionário ou benefício do aposentado pelo Menor Salário Base (MSB), que atualmente é R\$ 976,19.